



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010398-52.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Perdas e Danos**
 Requerente: **ERASMO CARLOS DE OLIVEIRA BUENO**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Acolho a impugnação ao cumprimento de sentença de folhas 08/17, pois correto o cálculo apresentado pela impugnante, havendo flagrante excesso de execução.

O v. acórdão de folhas 172/178, é claro no sentido de que a ré deverá pagar a diferença entre o valor de R\$ 13.500,00 e sua atualização desde 01/01/2011 (data do sinistro), com incidência de juros a contar da data da citação, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, fixados em 10% sobre o valor a ser restituído.

No cálculo apresentado pelo impugnado, ele atualizou o valor de R\$ 13.500,00 que era devido desde a data do sinistro, porém esqueceu-se de atualizar o valor já recebido administrativamente em março/2011.

Assim, atualizando-se o valor de R\$ 13.500,00 desde a data do acidente até a data do pagamento administrativo ocorrido em 22/03/2011, chega-se ao valor de R\$ 13.700,48, representando numa diferença de R\$ 200,48 em favor do autor.

É sobre essa diferença que deve incidir a correção monetária desde o sinistro até a data do depósito de folhas 185, ocorrido em 26/10/2015, bem como os juros de mora devidos desde a citação (dezembro/2014). Acompanhe:

Acórdão de folhas 172/178

Data do sinistro: 01/01/2011

Data do pagamento administrativo: 22/03/2011

Valor do pagamento administrativo: R\$ 13.500,00

Índice do TJSP para 01/2011: 44,178247

Índice do TJSP para 03/2011: 44,834327



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diferença devida:

$R\$ 13.500,00 \div 44,178247 \times 44,834327 = R\$ 13.700,48$

$R\$ 13.700,48 - R\$ 13.500,00 = \mathbf{R\$ 200,48}$ (diferença devida em 22/03/2011)

* depósito judicial efetuado em 26/10/2015 às folhas 185: R\$ 323,07

Índice do TJSP para 03/2011: 44,834327

Índice do TJSP para 10/2015: 60,407775

Carta AR citação liberada nos autos em 14/12/2014

Atualização

$R\$ 200,48 \div 44,834327 \times 60,407775 = \mathbf{R\$ 270,12}$ (valor atualizado até 10/2015)

Juros de Mora - de 12/2014 (data da liberação do AR citação nos autos digitais) a 10/2015 = 10 meses

$R\$ 270,12 \times 10\% = R\$ 27,01$

$R\$ 270,12 + R\$ 27,01 = \mathbf{R\$ 297,13}$

Honorários (10% sobre o valor a ser restituído)

$R\$ 297,13 \times 10\% = \mathbf{R\$ 29,71}$

$R\$ 297,13 + R\$ 29,71 = R\$ 326,84$

Total geral devido em 10/2015 = R\$ 326,84

Diante do exposto, acolho a impugnação ao cumprimento de sentença de folhas 8/17, declarando o excesso de execução no valor de R\$ 6.986,07, julgando extinta a execução nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, expeça-se guia de levantamento da quantia de R\$ 6.986,07, referente ao depósito de folhas 42, em favor da **executada (Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA)**, bem como expeça-se guia de levantamento da quantia de R\$ 323,07, referente ao depósito de folhas 185, em favor do **exequente**, e, ainda, da quantia remanescente de R\$ 3,77, referente ao depósito de folhas 42, em favor do **exequente**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista o acolhimento da impugnação, condeno o impugnado no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios em fase de execução em favor do patrono da impugnante, esses fixados em 10% sobre o valor cobrado em excesso, com atualização monetária desde o início da fase de cumprimento de sentença e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de dezembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**